

O MATA-MARINHEIRO DO COLÉGIO E A RADICALIZAÇÃO DA “POPULAÇÃO” DO RECIFE NA BRIGA PELO MERCADO DE TRABALHO

BRUNO AUGUSTO DORNELAS CÂMARA¹

Resumo: Em fins de junho de 1848, uma confusa briga entre um estudante brasileiro e um caixeiro português provocou uma grande onda de violência no Recife. Ocorreram saques a lojas, muita pancadaria e, pelo menos, cinco vítimas fatais. Ao término do conflito, uma multidão marchou até a Assembléia Provincial exigindo a nacionalização do comércio a retalho e a expulsão dos portugueses solteiros, num prazo de 15 dias. O mata-marinheiro do Colégio, como ficou conhecido esse motim, é a nossa porta de entrada para entendermos as disputas entre nacionais (livres e libertos pobres) e estrangeiros (pequenos comerciantes e caixeiros de parques recursos) pelo comércio varejista da cidade e pelas oportunidades de emprego nesses estabelecimentos. O presente artigo pretende enfocar o antilusitanismo nas classes populares e a relação entre a política “popular” do Partido Praieiro.

Palavras-chave: Insurreição Praieira, antilusitanismo, comércio a retalho, mercado de trabalho, caixeiros de comércio.

Abstract: In July 1848, a brawl between a Brazilian student and a Portuguese cashier triggered a wave of violence against Portuguese immigrants in downtown Recife. Stores were sacked and destroyed, Portuguese immigrants were beaten by the crowd. After the conflict, a

¹ Doutorando do programa de pós-graduação em História pela UFPE.

petition was written, and taken to the Provincial Assembly demanding the nationalization of retail commerce, which meant a monopoly on retail commerce by Brazilian citizens, and the expel of all single Portuguese citizens within 15 days notice. This so called “mata-marinheiro” (kill the Portuguese) helps us to understand race-bound conflicts between Brazilian urban workers (including freedmen and the free poor) against Portuguese immigrants for employment opportunities. This article focus on anti-Portuguese feelings within the lower classes and the policies of the Praieiro Party regarding the urban poor.

Keywords: Praieira Revolt, antilusitanism, retail commerce, labor market, salesmen.

Os anos que antecederam a Insurreição Praieira foram decisivos na história da política partidária do Segundo Reinado, principalmente na província de Pernambuco, marcada por turbulentos conflitos sociais e políticos. Dividida entre *Baronistas* (políticos do Partido Conservador e alguns aliados do Partido Liberal, ligados ao barão da Boa Vista, Francisco do Rego Barros) e *Praieiros* (uma dissidência do Partido Liberal na província), a elite econômica da região digladiava-se em ferrenha luta pelo poder. Essa disputa não ficou restrita apenas a um pequeno círculo de proprietários rurais abastados e capitalistas da cidade envolvidos e interessados diretamente na querela política do momento. Pelo contrário, ganhou a adesão de grupos sociais até então desconsiderados politicamente.

Esses novos participantes deram o ar de sua graça em violentas agitações de rua. Entre os anos de 1844 e 1848, aconteceram cerca de sete manifestações nas ruas do Recife, que se transformaram em verdadeira perseguição a comunidade portuguesa residente na cidade. Essas reações de antilusitanismo, também chamadas de *mata-marinheiros*, refletiam não só o clima político difícil e propenso a todo tipo de desordem, mas também os anseios dos promotores e participantes desses tumultos. Afinal, trata-se de uma época de extrema politização de grupos sociais normalmente alijados de qualquer articulação formal com o poder.

Uma das mais intensas manifestações antilusitanas já vista no Recife ocorreu entre os dias 26 e 27 de junho de 1848. A capital da província pernambucana viveu momentos de intensa agitação. Ocorreram saques a lojas e muita pancadaria. Pelo menos cinco vítimas da violência nativista desse

mata-marinheiro tombaram no chão e cerca de quarenta ficaram feridas. Sabe-se que o tumulto teve como ponto de partida uma confusa briga entre um estudante brasileiro e um caixeiro português. E teve um aparente fim: uma multidão marchando em direção a Assembléia Provincial exigindo a *nacionalização do comércio a retalho e a expulsão dos portugueses solteiros, num prazo de 15 dias* (FIGUEIRA DE MELO, 1978, p. 04). O presente artigo se propõe a analisar esses dois dias de tumulto e as razões que levaram a “população do Recife” a se sublevar contra os lusitanos.

Não é tarefa das mais fáceis escrever sobre aquele acontecimento. O motim urbano dos dias 26 e 27 de junho é narrado e comentado por inúmeros nos jornais que nem sempre apresentam a mesma visão dos fatos. Afinal, cada grupo político, em disputa pelo poder na província, estampou, nos seus periódicos, versões conflitantes daquele acontecimento; tudo de acordo com a sua ótica e a necessidade política do momento. Outro ponto que dificulta nossa investigação é a ausência de fontes produzida pela gente mais simples que participou desse motim. Assim, torna-se necessário fazer uso da mais ampla documentação possível encontrada, não importando a diversidade do registro e a visão tendenciosa contida nele. Documentos da repressão, noticiário da imprensa oficial ou panfletária e as descrições de alguns contemporâneos, marcadas em certo ponto por uma visão elitista desse *mata-marinheiro*, são as nossas fontes de investigação. Mais que perseguir uma verdade, como se ela existisse em um estado puro e imutável, nossa tentativa é reconstruir as várias versões sobre um mesmo fato. Esse episódio esteve impregnado de sentidos e significados que vale a pena decompor. Nossa intenção é desvendar aqui as atitudes e motivações que levaram diversos agentes históricos a ganhar as ruas da cidade para reivindicar soluções para os seus problemas, ou mesmo, na melhor linguagem possível, fazer política a sua maneira.

Decerto que as várias narrativas que construíram este acontecimento levam a crer que o tumulto se originou de um conflito entre alguns alunos do Liceu e um português, caixeiro de um armazém de carne seca na rua da Praia. O *Diário Novo*, jornal dos liberais praieiros, de forte oposição ao atual governo na província, trazia na primeira página do dia 01 de julho de 1848 um grande relato sobre “os acontecimentos” daqueles dias. Segundo esse jornal, ignorava-se de onde teria partido a agressão, mas apresentava como certo que “o português deu com um peso na cabeça de um dos alunos, e o estendeu sem sentidos”². Já *O Lidador*,

jornal de clara ligação com os conservadores, que teria estampado em suas páginas a notícia em primeira mão, trazia mais alguns detalhes do sucedido, relatando que, pelas nove da manhã, um aluno do Liceu teria “acometido com uma bengalada um português caixeiro” e esse teria “retorquido com peso” arremessado diretamente na cabeça do estudante.³

Nas memórias de Félix Cavalcanti de Albuquerque, um contemporâneo do fato, o mata-marinheiro que sublevou o povo do Recife contra os portugueses teve como estopim aquele embate entre o estudante e o caixeiro. Conforme registrou em seu diário, teria ocorrido o seguinte: “Um estudante do Liceu, chamado Cordeiro, foi a um armazém de carne seca e disse um gracejo ao caixeiro. O português respondeu-lhe com outro. O estudante aplicou-lhe então uma bengalada e o caixeiro sacudiu-lhe um peso de ferro que o ofendeu ou não, não se sabe direito, e o tumulto se fez. O povo começou a correr em desordem para o lugar do conflito gritando: mata-marinheiro” (apud FREYRE, 1989, p. 13). Félix pode até não ter sido uma testemunha ocular do confronto iniciado dentro do armazém de carne seca, porém, a sua narrativa detalha, em parte, o que os jornais no primeiro momento desconsideraram: que o confronto teve início numa questão particular, onde brios ofendidos e desonra moral levaram os personagens às vias de fato.

O Lيدador, alguns dias depois do acontecimento, dava mais detalhes da briga. Segundo informações colhidas por esse jornal, os estudantes do Liceu tinham por costume provocar e ameaçar os portugueses daquela rua. Mas, na manhã do dia 26, houve “uma alteração” entre um caixeiro e o estudante do Liceu, o cadete Costa Cordeiro. Esse “arrojou-se a perseguir o português em seu próprio domicílio”, daí resultando as agressões com a bengala e o revide com o peso de ferro.⁴

Mas a desavença particular evoluiu, ganhou novas cores e se espalhou na forma de um motim urbano de considerável proporção. O tumulto teria começado, de fato, quando “todos os companheiros do estudante ofendido tomaram (...) parte ativa na desafronta, e começaram a incitar os que passavam contra o ultraje que um de seus colegas acabava de sofrer”.⁵ Segundo *O Lيدador*, junto aos estudantes do Liceu, encontravam-se também alguns “turbulentos bem conhecidos nesta cidade”, que logo começaram a “amotinar o povo”.⁶ Provavelmente muita gente desocupada apareceu no local. Arruaceiros e desordeiros de carteirinha também devem ter dado a graça de

sua presença. Não resta dúvida de que foi a movimentação dos estudantes em torno do acontecimento que levou a aglomeração de gente a rua da Praia. Ao que tudo indica, deve ter sido nesse momento que se ouviram as primeiras vozes gritando “mata-marinheiro”, para espanto dos portugueses residentes naquela rua ou que apenas estavam de passagem pelo local, quem sabe atraídos também pelo corre-corre e gritaria que dali vinha.

Os “brados e vociferações” aumentaram à medida que também cresceu o número de curiosos que se dirigia ao local.⁷ As provocações já haviam começado e provavelmente algumas pessoas mais agitadas romperam o limite das ofensas verbais e foram às vias de fato. É certo que, junto com os curiosos, também chegou uma autoridade local que procedeu a uma busca ao caixeiro que atentou contra a vida do estudante.⁸ Nesse ponto, *O Lidador* traz mais detalhes. Logo no “principio da desordem” foi chamado o subdelegado da freguesia de Santo Antônio, Feliciano Joaquim dos Santos, que compareceu a rua da Praia e fez abrir a porta do armazém onde surgiu o conflito. Não encontrou sinal algum do autor do atentado.⁹ Certamente, o caixeiro, vendo o estrago que fez, “cerrou as portas do estabelecimento comercial e conseguiu fugir”. Naquela altura do acontecimento, nem o autor do atentado e muito menos o estudante vitimado se encontravam no local. Para Félix Cavalcanti, “os exaltados da política Liberal fizeram desaparecer o estudante, espalhando a notícia de ter ele sucumbido à violência da pancada de um peso de ferro (...)” (apud FREYRE, 1986, p. 13). O caixeiro e o estudante do Liceu desapareceram da cena, que passou a pertencer somente à multidão que se aglomerava na rua da Praia e ameaçava tomar novos espaços.

A ação do subdelegado Feliciano Joaquim dos Santos foi bastante controversa. Para o *Diário Novo*, o motim teria ido adiante se não fosse “a coragem e o zelo nunca desmedido” dessa autoridade.¹⁰ Já *O Lidador* o acusa de ineficiente, pois seu “desanimo, irresolução e incapacidade (...) fora em parte a causa de tão infeliz desfecho”.¹¹ Em face da fragilidade da situação, talvez fosse difícil para essa autoridade controlar aquele aglomerado de gente que cada vez crescia em tamanho e em coragem, disposta a tudo para vingar a suposta morte do estudante.

Nesse ponto ocorre talvez a primeira ruptura dessa história. Segundo outras fontes, o tumulto, agora provocado pelo alarido dos estudantes do Liceu, não foi muito além dos brados e vociferações. Teria se encerrado com

a presença do diretor e de professores apaziguando a baderna dos seus pupilos. *O Lيدador* chega até a relatar que “o estudante ferido já tinha se levantado, e até se apresentava na sua aula para ouvir as lições do seu professor”.¹² Mas a notícia do ocaso do estudante ofendido pelo caixeiro português teria levado a formação de outro tumulto com graves consequências. Segundo Izabel Marson, esse novo tumulto teria sido preparado com a participação de populares, de membros do jornal *A Voz do Brasil*, principal veículo de propagação do antilusitanismo na província, e de parentes do estudante envolvido na briga (1987, p. 382). Segundo Félix Cavalcanti, foram os “exaltados da política Liberal” que espalharam a falsa notícia de que o estudante não teria sobrevivido à violência da pancada do peso de ferro. A mando dessas pessoas, “as igrejas dobraram em finados”, noticiando em alto e bom som para o povo do Recife que o estudante havia falecido (apud FREYRE, 1989, p. 13). Ao som dos sinos, explode uma onda de indignação popular, iniciando-se o tumulto.

Conforme o *Diário Novo*, logo vários destacamentos de polícia chegaram ao local que, para o espanto de um jornalista, “se confundiam com os amotinados”¹³ tamanho era o grande número de gente envolvida. Mas não só a se confundir. Sabemos pelo menos da ocorrência de um caso em que um agente da ordem passou para o lado dos amotinados. O *Diário de Pernambuco* relatava que uma pessoa, “a quem corria rigorosa obrigação de aplacar a ira da plebe”, incitava o povo, “clamando-lhe que não poupasse a vida a um só português, e que os caçasse como lobos”.¹⁴ As evidências disponíveis apontam que foi o alferes José Francisco Carneiro, do 6º Batalhão da Guarda Nacional. Segundo a documentação da polícia, o alferes teria se recusado a se juntar ao seu batalhão para sufocar o tumulto na rua da Praia. Pelo contrário, preferiu se juntar aos amotinados.¹⁵

Tudo leva a crer que vários comerciantes e caixeiros daquela rua, prevendo o fim daquela aglomeração de gente inquieta, fecharam as portas dos seus estabelecimentos. Mas isso não impediu a ação dos amotinados, que começaram “a arrombar as portas dos armazéns, a destelhar algumas casas e a assassinar a pau e faca barbaramente os infelizes que encontravam despercebidos (...) nessas casas”.¹⁶ A rua da Praia, palco inicial do conflito, tornou-se pequena para tantas pessoas e o conflito teve que ganhar novos espaços, indo para a rua do Rangel.

De acordo com o *Diário Novo*, se não fosse a intervenção da polícia, a fúria dos populares teria ido mais longe. Algumas autoridades policiais, que debelaram o conflito, receberam destaque na narrativa jornalística, pois muitos se expuseram a “morrer muitas vezes entre os punhais dos desordeiros para salvar as vítimas arrancadas dos armazéns ou das casas abertas com violência”. Até aquela altura, o “tumulto espantoso” resultou em 3 ou 4 mortes, alguns portugueses feridos, além de vários armazéns, vendas e casas arrombadas a golpes de machado.¹⁷ Em *O Lيدador* encontramos outras cifras para o número de óbitos ocorridos até aquele momento: oito portugueses teriam sido mortos “desapiedadamente” (sic). Acrescentava ainda que os “desfigurados cadáveres das vítimas” foram “arrastados pelas ruas” até a igreja do Rosário.¹⁸ O *Diário Novo*, rebatendo a crítica de *O Lيدador*, volta atrás no número das vítimas (apenas duas mortes) e afirma que os cadáveres teriam sido conduzidos em um esquife até a igreja e não arrastados, como apontava o outro jornal.¹⁹

A violência dos amotinados parece, a princípio, contrastar com a ação da força repressiva. O relatório do Comandante das Armas Bento José Lamenha Lins relata que não houve luta entre amotinados e as tropas repressoras ao longo do dia 26. Segundo conta, “o governo não quis empregar a força sem primeiro esgotar os meios de brandura e persuasão, pelos quais conseguiu que os grupos se dissolvessem”.²⁰ Mas, no mesmo relato, podemos ver que Lamenha Lins não estava presente no início da repressão, onde outras fontes nos mostram ter havido confronto entre populares e as autoridades da ordem. Lamenha Lins, logo que soube do motim, dirigiu-se ao palácio e tratou de analisar com o vice-presidente da província as providências a serem tomadas. A partir dessa conversa, mandou formar uma tropa no largo do palácio. Para enfrentar os amotinados, achou “necessário que a força de linha interviesse”. Fez com que o 4º Batalhão de Artilharia fosse a pé, acompanhando pela Companhia de Cavalaria, ao lugar onde ocorrera “os deploráveis acontecimentos que nada honram a nossa civilização”. Só depois é que Lamenha Lins seguiu, junto com o 5º Batalhão de Fuzileiros, para a rua da Praia.²¹

Como podemos perceber, a velocidade com que se espalhou o tumulto mostrava que a situação não seria controlada com facilidade. Era preciso agir com brevidade antes que o tumulto se espalhasse, como de fato já estava acontecendo.

Sabe-se que uma das primeiras providências do governo foi isolar o bairro do Recife, na intenção de proteger os habitantes daquele lugar.²² Vale lembrar que era nesse bairro onde se concentravam todas as casas de comércio de grosso trato da cidade pertencentes, na grande maioria, a muitos comerciantes estrangeiros. Foram enviados à ponte, que ligava os bairros de Santo Antônio e São Pedro ao bairro do Recife, vinte praças sob o comando do tenente Joaquim Barroso de Carvalho, “afim que a desordem não invadisse” aquele bairro. Além disso, trinta praças de um batalhão, enviados para o largo do Palácio do Governo (Palácio do Campo das Princesas), foram deslocados para “reforçar” ainda a passagem. A sua frente marchava o capitão Ângelo Baptista Mendes que possuía ordens de assumir o comando da guarnição. Aquela passagem foi guardada durante todo o dia.

A chegada de tropas à rua da Praia e do Rangel não cessou até pôr um fim na agitação que, nesse ínterim, alcançou também a Boa Vista, bairro continental do Recife. Segundo o *Diário Novo*, pelas cinco da tarde, poucas pessoas restavam no local, “notando-se [ainda] nos pequenos grupos, alguns pretos escravos, rapazes e curiosos”. As autoridades policiais tomaram todas as providências para debelar o conflito e “a noite se passou sem tumultos e nem desordem alguma”. Ocorreram apenas formações de alguns ajuntamentos de grupos e reuniões no pátio e na rua do Colégio.²³

Mas essa noite não teria sido tão tranqüila assim, como descreveu o *Diário Novo*. Por duas vezes os “amotinados” tentaram “invadir” a ponte do Recife (atual Maurício de Nassau), mas não obtiveram êxito. Uma rápida medida profilática garantiu que o tumulto não atingisse outros pontos. Segundo o tenente-coronel e comandante Feliciano Antônio Falcão, “a ocupação da sobredita ponte em ocasião oportuna, e a vigilância da sua guarnição, é que se deve atribuir a maior parte do maravilhoso espetáculo de, em um Bairro, apenas dividido por um rio, passavam-se cenas de horror; e em outra era mantida plena segurança de vida e fazenda de seus habitantes”.²⁴ Uma embarcação de guerra foi posta no Capibaribe, “entre a alfândega de um lado, e a tesouraria, e arsenal de guerra de outro” com o intuito de defender estes estabelecimentos caso fossem alvo dos amotinados.²⁵ A sede do governo também não ficou desprovida de segurança: foram colocadas em frente ao palácio do governo e na rua de São Francisco, quatro peças de artilharia.²⁶ Não há registro por parte das autoridades de alguma tentativa de invadir a

sede do governo, mas sabemos que durante aquela noite “correram boatos aterradores”, contra os quais o Comandante das Armas tomou as devidas providências necessárias para que não se tornassem realidades.²⁷

Sabe-se que na rua da Praia um grupo voltou a se formar com a intenção de soltar Antônio Borges da Fonseca e o Vinagre, que estavam presos na cadeia.²⁸ Uma multidão se dirigiu à Cadeia e se reuniu em frente a janela do cárcere de Borges da Fonseca. Segundo Jerônimo Figueira de Melo, Borges da Fonseca “de uma das janelas da cadeia do Recife” incitava a população a pôr fogo nas casas dos portugueses. Versão diferente dá *A Mentira*, um jornal de tendência republicana, impresso na tipografia Nazarena de propriedade do próprio Borges. Segundo consta nesse jornal, naquela noite juntou-se à frente da cadeia uma grande quantidade de populares, que clamava por algumas palavras de Borges. Porém, esse apenas tentava persuadir a multidão a conter tamanha fúria. O seu discurso, transcrito nesse periódico, apenas se resumia a lembrar ao povo o perigo que estaria por vir. Borges teria dito: “Não alcançais nada assim, aí estão seis barcos de guerra para serdes metido em seus porões. Lembrai-vos do massacre dos paraenses”.²⁹

A participação do liberal radical Borges da Fonseca nesse episódio é por demais controversa. *O Lيدador* chega a dizer que Borges procurou utilizar o movimento em favor das suas idéias republicanas. O jornal *Advogado do Povo* confirma a primeira impressão d’*O Lيدador*: Borges da Fonseca teria participado daquelas “ocorrências”, mas de forma diferente, “procurou moraliza-las, aproveitando a disposição popular em prol da liberdade, em prol da democracia, e da república”.³⁰ De acordo com *O Lيدador*, da janela da cadeia, ele teria distribuído uma proclamação ao povo, reproduzida por inteiro nesse jornal.³¹ É certo que ele tinha grande popularidade entre os artistas mecânicos da província e era um homem capaz de arrebatar multidões. As autoridades, sabendo do poder que Borges da Fonseca exercia sobre essas pessoas, trataram de confiná-lo, junto com seu companheiro de cela, nas masmorras de um navio de guerra denominado *Euterpe*, onde permaneceu incomunicável (SANTOS, 1994, p. 145).

Na manhã do dia 27, novamente voltaram a se formar reuniões nos mesmos lugares onde a turba furiosa tinha feito estragos no dia anterior. Ocorreram princípios de tumultos e novos atentados nas Cinco Pontas e também reuniões na Boa Vista, as quais, segundo do *Diário Novo*, tinham

“intenções sinistras”. Em *O Lidador* encontram-se referências de que ocorreram tumultos também em Olinda e na Passagem da Madalena. Esse mesmo jornal relata que corria, naquelas primeiras horas do dia, uma proclamação incitando o povo a se rebelar contra os portugueses.³² Segundo Bento Lamenha Lins, Comandante de Armas, surgiram “proclamações incendiárias” ao mesmo tempo em que voltavam a se formar “novos grupos compostos da mais ínfima classe do povo”. Houve até quem fizesse “graves excitamentos contra a ordem pública, e contra a monarquia”.³³ Os ânimos voltaram a se acirrar e foi necessária a intervenção de uma nova força policial. Para conter a desordem foram colocadas à disposição do chefe de polícia duas forças: o 7º Batalhão de Caçadores e a Companhia de Cavalaria. Assim, foram dissolvidos imediatamente os ajuntamentos no largo do Chafariz e na rua da Santa Cruz.

De acordo com os relatos, ainda houve uma tentativa de persuadir os grupos reunidos a se dissolver pacificamente. Mas nem todos concordaram em acabar com o protesto. Aí, a repressão se fez novamente. Nas palavras do Comandante de Armas, “a tropa carregou sobre os que desobedeceram, e as ruas da cidade foram varridas de todos os revoltosos que as obstruíam”.³⁴

Contudo, a turba raivosa do dia anterior ganhou um relativo grau de organização, ou pelo menos parte dela. O grupo que estava reunido no pátio do Colégio produziu um documento, ao qual, segundo a narrativa do *Diário Novo*, “deram o nome de representação”. A partir daí, o grupo ganhou volume e seguiu para a Assembléia Legislativa Provincial no meio de grande alarido, ou melhor dizendo, em “meio a insultos e (...) ameaças asquerosas”, como ressaltou o mesmo jornal. *O Lidador* diz que uma “multidão de gente descalça” seguiu em marcha até aquele recinto.³⁵ Segundo Edison Carneiro, caminhavam à frente do povo alguns liberais bem conhecidos no Recife (1960).

Impedindo a marcha da multidão até o paço da Assembléia Provincial estava uma guarnição que desde a noite anterior vigiava a passagem da ponte. Mas não houve maiores problemas, pois o comandante da guarnição recebeu ordens superiores para liberar a passagem daquele “grupo de povo” proveniente do pátio do Colégio³⁶.

A chegada da multidão no recinto dos deputados ocorreu de forma barulhenta. Segundo o *Diário de Pernambuco*, um orador que discursava naquele momento foi duas vezes interrompido pelo “motim que reinava na

galeria e em todo o edifício”. Como não havia condições de continuar a sessão, o presidente da Assembléia achou melhor suspender os trabalhos.

Nesse momento a multidão grita em coro “Não querem que passe a deputação; o piquete não quer deixar passar o povo, nós vamos dar as providências (...)” No salão, algumas vozes procuram acalmar os ânimos pedindo “ordem, ordem!”. Um dos espectadores daquela sessão dirige-se ao povo dizendo que a presença deles estava coagindo os deputados e pede que as galerias fossem desocupadas para assim poder entrar “a comissão do mesmo povo”. De acordo com a narrativa do *Diário de Pernambuco*, o povo não deu ouvido a esse pedido e gritou em resposta: “queremos ver apresentar-se a petição, queremos ver o que diz a comissão do povo”. Alguns deputados, provavelmente no intuito de não se mostrarem intimidados pela multidão que invadiu as galerias, responderam àquele espectador que não estavam se sentindo coagidos. O deputado José Carlos, improvisando algumas palavras, dirige-se ao presidente da Assembléia e a todos que estavam naquele recinto, dizendo que as deliberações tomadas pelos deputados que compõem aquela casa são fruto de um exercício de consciência e não resultado de algum tipo de coação. Afinal, respondia o deputado, “o povo pernambucano respeita os seus escolhidos, e não nos pode forçar a que tomemos uma deliberação que exceda a órbita de nossa atribuição”. Completava o seu discurso de improviso dizendo que a assembléia reconhecia “o direito que tem o povo para fazer petições aos poderes políticos”, mas não é com “excessos que se obtêm remédio” e sim com “moderação, muita moderação”.

Após algum tempo, a calma volta a reinar no ambiente. Nesse momento “entra para a galeria reservada, várias pessoas do povo encarregadas de apresentar à assembléia a sua petição”. O documento é entregue ao presidente e logo é lido pelo 1º Secretário. Ao término da leitura do documento, começou uma movimentação dos deputados para formar uma comissão de análise do conteúdo das exigências. Só depois disso, o povo começou a esvaziar as galerias.

Chegamos aqui a uma nova ruptura em nossa história. Tem-se notícia de que duas petições chegaram às mãos dos deputados. O *Diário Novo* confirma a existência de duas representações: a primeira, uma apócrifa “peça curiosa” produzida pelo grupo do pátio do Colégio, que esse jornal não tivera o interesse de publicar, pois já tinha sido reproduzida no *Diário de*

Pernambuco. A outra, ou melhor, a segunda, fora redigida por “algumas outras pessoas [que] prevendo o desfecho que teria a representação anterior” trataram de escrever uma mais “respeitosa” e “submissa”, que “fizeram assinar por grande número de indivíduos”. Essa representação ganha publicidade no *Diário Novo*, pois fora “aceita com demonstrações de consideração e benevolência”.³⁷

A primeira representação foi lida no calor do momento, ainda na Sessão Ordinária do dia 27 de junho. Esse texto saiu publicado n’*O Lidador* de 30 de junho, que, ao que tudo indica, publicou em primeira mão o conteúdo do documento, e no *Diário de Pernambuco* de 01 de julho. É o mesmo *Diário de Pernambuco* que publica a segunda representação, com todos os 291 nomes por extenso das pessoas que assinaram o documento. Entre os subscritores desse documento, encontramos alguns nomes de praieiros bem conhecidos como José Higinio de Miranda e o “general das massas” José Ignácio de Abreu e Lima. Encontramos também o redator d’*A Voz do Brasil*, Ignácio Bento de Loyola. Fica difícil tirar qualquer conclusão precipitada a respeito de um provável conflito de interesses entre esses jornais. Mas é fato que o *Diário Novo* desconsiderou a primeira representação.

Se a briga entre o estudante e o caixeiro português foi pintada em tons confusos pelos contemporâneos desse mata-marinheiro, podemos dizer o mesmo sobre as duas representações. Contudo, o possível conflito de interesses dos jornais não invalida a análise histórica desses documentos, mesmo porque ambos existiram concretamente e foram divulgados largamente ao público.

A primeira representação é, em si, um libelo contra os estrangeiros. A própria comissão encarregada de dar um parecer a respeito desse documento, desconsiderou-o, pois ele não se achava assinado por “um só indivíduo”³⁸. Essa representação iniciava lembrando que o país estava independente havia vinte e seis anos e que, mesmo assim, o povo continuava a ser “esmagado pela influência estrangeira” que agia em seu “predomínio feroz” e em sua “conquista bárbara”. O estrangeiro não estava satisfeito em levar todo o “nosso ouro para a Europa”, queria mais:

(...) ele invadiu o nosso comércio de uma maneira espantosa; e, como se isso não fosse bastante para saciar

sua avareza, ele trata de apropriar-se de todos os ramos da indústria brasileira. Já não há artista nacional que possa viver de seu trabalho, porque o estrangeiro ambicioso lhe tem roubado todos os meios honestos de uma subsistência lícita; e, não satisfeito com tudo isso, ele tenta contra a vida dos filhos do Brasil, em seu mesmo país, como ontem acontecera nesta cidade (...).

O documento vai mais além: o “povo” não podia mais tolerar um estado tão “desonroso e aviltante” e por isso pedia aos deputados que os salvasse da “dominação estrangeira”, fazendo “passar uma lei que garanta aos nacionais unicamente o comércio a retalho, bem como o direito de serem caixeiros, e o exercício dos diferentes ramos de indústria brasileiro dentro da província”.

O tom de exigência do documento não era apenas dirigido aos deputados. Atingia também o Presidente da Província, pelo menos, de forma indireta. O “povo” pedia aos deputados que ordenasse ao Presidente da Província que “no prazo improrrogável de quinze dias, faça embarcar a todos os portugueses solteiros, que se acharem nesta cidade e nos demais lugares da província”.³⁹

Um fato curioso é a existência de um item que ponderava as exigências contidas na representação, destoando, em parte, das ações ocorridas nas ruas do Recife. Seriam expulsos todos os caixeiros estrangeiros, “à exceção daqueles que são indispensáveis nas casas de grosso trato”. Porém, o número de caixeiros não poderia “exceder um em cada uma delas”. O documento encerra deixando uma ameaça no ar: “se não for atendido, o povo protesta usar dos meios que sua razão lhe sugerir, para libertar-se do insultante jugo que o oprime”.

A segunda representação é em verdade mais moderada. Seu texto começa pedindo um remédio “pronto e eficaz” que melhore a situação do povo que vive em “orfandade”, pois todos os recursos “são tolhidos pela concorrência estrangeira”, principalmente pelo português que, favorecido pela língua e pelos patrícios que aqui já residem, ocupa todas as profissões disponíveis no mercado de trabalho.

(...) toda a indústria, todo o trabalho nos é vedado; porque os Portugueses, protegidos por circunstâncias que lhes são favoráveis, com a mesma língua, a mesma religião e

quase os mesmos costumes, se tem introduzido entre o povo, e apoderando do pequeno comércio, da industria artística e de todos os ramos principais da vida doméstica. Um Português sapateiro, por exemplo, ou chama para sua loja os seus patrícios, ou compra escravos e os aplica a este officio, excluindo desta arte os filhos do país que queriam apreender o mesmo officio ou já tinham aprendido.

Conscientes dos limites da Assembléia, que não tinha poderes para legislar sobre negócios gerais, os redatores desse documento pedem uma “deliberação momentânea” enquanto recorrem a uma instância maior, a Assembléia Geral. “Queremos, senhores, que o comércio a retalho, que a pequena indústria seja privativa dos filhos do país e dos cidadãos naturalizados, no gozo de seus direitos políticos”.

Conhecendo o conteúdo das duas petições apresentadas aos deputados da Assembléia Provincial, trataremos agora de esboçar as discussões que se seguiram por aqueles dias. Mas, antes, é bom lembrar que as exigências contidas nessas petições eram conhecidas por boa parte dos habitantes do Recife. Afinal, a nacionalização do comércio a retalho foi durante muito tempo a principal plataforma política do Partido Praieiro nos pleitos eleitorais da província. Izabel Marson relata como se deu esse processo: teria o Partido Praieiro, depois de se constituir em sólidas bases com proprietários rurais, buscado vencer as eleições na província. Sendo a capital o maior colégio eleitoral da província, onde votavam artesões, caixeiros, soldados da tropa de linha e funcionários públicos, era necessário ter um discurso que atendesse a demanda desses eleitores. Isso porque, ganhando esse eleitorado da cidade, o partido teria mais condições de enfrentar as inevitáveis fraudes do interior da província. Assim, as necessidades eleitorais levaram as chefias do partido, através da imprensa, a literalmente “carregar sua fala com tópicos de interesse imediato dos votantes primários do Recife”, numa política conflitante até com os interesses da classe dos proprietários (1987, pp. 227-228). Foi com a bandeira da nacionalização do comércio a retalho e com a fomentação do sentimento antilusitano que o Partido Praieiro conseguiu arregimentar mais correligionários para o seu lado.

Não há dúvidas de que a onda de antilusitanismo ocorrida entre os anos de 1844 e 1848 tinha nos liberais aliados do poder na província o seu centro

propagador. Esse nativismo foi usado como arma política por essa facção para arregimentar a população urbana em épocas de eleições contra os conservadores. Como ressalta Manoel Cavalcanti, num detalhado estudo sobre a participação popular nas eleições de 1844, o Partido Praieiro criou sua plataforma política em cima das insatisfações geradas pela longa duração da administração de Francisco do Rego Barros e, a partir delas, montou seu discurso de oposição. A desvantagem em relação aos baronistas leva os praieiros a buscar o apoio popular. Primeiramente, buscaram cooptar algumas lideranças que tinham acesso às camadas menos privilegiadas da sociedade.⁴⁰ Conforme o autor, o próximo passo dos praieiros era incorporar no seu discurso temas de interesse da gente pobre da cidade, como o antilusitanismo e a nacionalização do comércio a retalho (CAVALCANTI JUNIOR, 2001, p. 119).

Podemos até dizer que o teor de antilusitanismo contido naqueles dois documentos era bem conhecido não só daqueles que marcharam ao lado do grupo de deputados até a Assembléia Provincial, mas também daquelas pessoas que, longe dos tumultos de rua, acompanhavam a política da província e do país através dos jornais. Afinal, o principal meio propagador da política dos praieiros era a imprensa.

Mesmo levando em consideração que era demasiadamente grande o número de analfabetos, não podemos dizer que essas pessoas desconhecêssem de todo o conteúdo dos textos publicados nos jornais que circulavam na província. Izabel Marson, lembrando o modo como o jornal chegava a atingir o público não-alfabetizado, relata que eram feitas leituras de textos em reuniões casuais nas lojas e boticas. Além disso, indivíduos a mando dos partidos encarregavam-se de ler, comentar e reproduzir o conteúdo das folhas políticas. A autora lembra também que algumas dessas gazetas eram escritas em linguagem simples e direta, cheia de termos populares (MARSON, 1980, p.55)⁴¹. Essas leituras provavelmente criavam debates e fomentavam discussões entre as pessoas, alimentando, por vezes, um clima de dúvida, expectativa e tensão sobre o momento vivido. Esse tipo de experiência possibilitou a alguns habitantes da cidade formarem, pelo menos, sua opinião particular sobre os assuntos divulgados. De alguma forma, as idéias contidas nesses textos circulavam entre as pessoas.

Podemos dizer que a recepção dessas leituras por essas pessoas não devia ser toda passiva ou mecânica. Não apenas escutavam da boca de

algum orador ou liam com dificuldade esses jornais. Provavelmente, essas pessoas não possuíam apenas uma compreensão única desses textos (aquela que redatores e jornalistas gostariam que fosse a entendida), mas sim múltiplas compreensões, contextualizando as imagens formadas através das palavras com o que estava acontecendo a sua volta, num quadro marcado por grande carestia e desemprego. Os grupos populares incorporaram essas mensagens e fizeram uma leitura própria do momento.

Como aponta Mário Márcio de Almeida Santos, referindo-se às explosões de mata-marinheiro no Recife, “o ódio em relação a miséria e a espoliação levava o povo a identificar no vendeiro ou no pequeno comerciante, o inimigo mais próximo, aquele com quem diariamente convivia, gastando seus poucos vinténs na compra da farinha, da charque, do pão, da bebida” (SANTOS, 1994, pp. 140-41). Temos que levar em consideração que as relações sociais eram quase sempre estreitadas ao nível pessoal. Assim, a culpa pelas mazelas sociais acabava sempre sendo atribuída a alguém especificamente identificado. Por isso, esses comerciantes e seus caixeiros portugueses se tornaram potenciais alvos do descontentamento popular. Não é difícil imaginar o tanto de gente que o Partido Praieiro conseguiu arregimentar para o seu lado quando encampou em seu programa político a questão da nacionalização do comércio a retalho. Podemos chegar até a uma taxativa conclusão: o inimigo número um da população mais pobre era o estrangeiro, principalmente, o lusitano que tinha uma longa história no monopólio desse comércio.

Não restam dúvidas de que a imprensa praieira contribuiu muito para a fomentação do antilusitanismo já presente nos meios populares. Além disso, havia também na província uma imprensa de posição independente que assumia a defesa das camadas livres marginalizadas politicamente. Os exemplos mais fortes são os jornais *O Verdadeiro Regenerador Brasileiro* de Borges da Fonseca e Jacinto Severiano Moreira da Cunha, surgido em 1844, e *A Voz do Brasil* de Inácio Bento de Loiola, surgido em outubro de 1847. Para se ter uma idéia de como essa imprensa atacava a comunidade portuguesa, um exemplar da *A Voz do Brasil* propagava que o comércio a retalho pertencente a estrangeiros contava com seis mil lojas espalhadas por toda Província de Pernambuco. Em cada uma dessas casas existia uma média de três ou quatro caixeiros, sendo todos portugueses. No cálculo feito pela folha, que estimava dois portugueses em cada estabelecimento comercial, os

números chegavam a assustar: doze mil caixeiros e seus seis mil respectivos patrões, chegando a um total de dezoito mil portugueses. Acrescentava, ainda, que só na rua da Praia, palco dos atentados do dia 26 e 27 de junho de 1848, atuavam mais de “120 marinheiros” no comércio de carne seca, contra apenas 3 brasileiros.⁴² Em um quadro marcado por grande desemprego, essas notícias tinham grande ressonância entre a população mais pobre. Assim, o que saía na imprensa sobre o monopólio português do comércio a retalho gerou grande identificação entre as pessoas menos favorecidas.

Para dois contemporâneos daqueles tumultos de rua era a propaganda antilusitana que a imprensa panfletária estampava em seus jornais que incitava o povo a todo tipo de desordem contra os portugueses. Em suas memórias, Félix Cavalcanti de Albuquerque relata que o *Diário Novo*, órgão oficial dos praieiros, iniciando a sua oposição à política conservadora, usou o fato de o comércio a retalho se achar “monopolizado pelos portugueses” para atrair o povo para o lado dos liberais. A partir daí, novas folhas, com um discurso mais radical, apareceram aconselhando o povo a reivindicar seus direitos (apud FREYRE, 1989, p. 12).

Da mesma forma pensava Jerônimo Martiniano Figueira de Mello, o chefe de polícia que esmagou a insurreição de 1848. Em sua *Crônica da Rebelião Praieira*, Figueira de Melo chega a dizer que a carga de propaganda antilusitana feita pelos jornais de oposição fizeram com que os artistas e obreiros nacionais passassem a reivindicar certos direitos sobre o comércio.⁴³ Segundo esse contemporâneo, “as lideranças de oposição incutiram, mais ou menos claramente, nas classes baixas e ignorantes da população a idéia de que saindo os lusos do comércio, seriam garantidas as lojas, tabernas e boticas” (FIGUEIRA DE MELO, 1978, pp. 03-04).

Além do meio impresso, devemos considerar que as lideranças populares, cooptadas pelos praieiros, e até os principais representantes do partido faziam uma espécie de forte corpo-a-corpo com os eleitores e simpatizantes, divulgando as idéias e interesses do partido. Eram muito freqüentados os encontros, chamados de “meetings” pelos jornais, entre políticos, líderes populares, potenciais eleitores e a plebe urbana. Segundo dizia um jornal de oposição, os “meetings” praieiros eram verdadeiros “sediciosos ajuntamentos de gente”.⁴⁴ *O Lidador*, retratando a situação de barbárie que se instaurou na província, lembrava que a causa estava nos

“meetings patrióticos do grande partido nacional”, nos “furibundos discursos dos oradores praieiros”, nas “ameaças do jornal oficial [Diário Novo]” e nos “passeios triunfais ornados de morras e pancadas” organizados pelas lideranças praieiras.⁴⁵ Por mais carregada que seja a crítica d’*O Lيدador*, ela nos fornece um bom panorama da época para entendermos como agiam os praieiros no recrutamento de correligionários para as eleições.

Não resta dúvida de que a atuação dos praieiros era demasiadamente forte não só entre o público votante, mas também entre aqueles que não participavam diretamente dos pleitos eleitorais. Lideranças de renome da política partidária praieira corriam atrás do apoio dessas pessoas. Sabe-se que, em 1847, em plena campanha eleitoral, Nunes Machado pronunciou um discurso sobre a nacionalização do comércio, na oficina de um sapateiro, na Rua Estreita do Rosário (QUINTAS, 1982, p. 47).

Não é demais lembrar o que constatou Joaquim Nabuco (reafirmado depois por Amaro Quintas): “a praia era o povo”. Constituíam-se fortes as relações entre os praieiros e os grupos populares.

Aqui é necessário abrir parênteses para discutir um ponto importante: o clientelismo. Não se pode negar a existência de malhas patronais dentro da sociedade em estudo, mas também não se deve resumir a questão somente a esse ponto. Como observou Marcus Carvalho, havia limites na obediência a essa clientela. Isso porque o clientelismo é o resultado de uma intensa negociação de interesses entre partes desiguais (patrão e cliente). Como afirma o autor, nem sempre o poder de mando é absoluto ou mesmo o cliente obedece totalmente a esse poder, principalmente quando a elite local se encontrava dividida (CARVALHO, 2003, pp. 218-222).

Portanto, engajar-se em uma determinada facção não era algo tão simples assim. Teriam que existir ao menos alguns pontos de interesse ou vantagens em comum. Era a reivindicação da nacionalização do comércio a retalha a principal bandeira usada pelos praieiros para atrair a população despossuída da cidade para o seu lado. Contudo, um fato deve ser considerado: a chamada *nacionalização do comércio a retalho* era talvez o único ponto que diferenciava os Liberais dos Conservadores na província. Isso quem nos diz é Jeffrey Mosher que dedicou quase um capítulo de sua tese de doutorado para esclarecer esse ponto. Segundo seu estudo, decorrente de uma cuidadosa análise nos programas partidários do Império, essa era

uma reivindicação que distinguia com clareza o programa político do Partido Liberal do programa do Partido Conservador (MOSHER, 1996, pp. 84-149). E isso provavelmente foi percebido por aqueles que se engajaram ao lado dos praieiros.

Mas devemos lembrar aqui que o discurso praieiro também tinha as suas contradições. Não podemos negar que havia uma certa incoerência entre a prática e o discurso do Partido Praieiro. Mesmo buscando a todo custo o apoio popular, os praieiros também precisavam do apoio do setor proprietário, constituído de senhores de engenho e comerciantes da cidade. Como afirma Manoel Cavalcanti, a palavra de ordem dos praieiros seria radicalizar no discurso, mas, na prática, nem tanto. O mesmo autor constata que, durante a campanha eleitoral de 1844, o partido buscou também cooptar alguns portugueses proprietários de tabernas e outros estabelecimentos, oferecendo alguma vantagem em troca de apoio nas urnas (CAVALCANTI JUNIOR, 2001, pp. 45-48). Nessas brechas, os adversários políticos buscavam desmoralizar o discurso praieiro. Alguns jornais de oposição chegam até a lembrar aos praieiros os compromissos de campanha feitos ao povo.

A radicalização do discurso nativista cabia a chamada “imprensa independente”, principalmente aquela ligada aos jornalistas Borges da Fonseca e Inácio Bento de Loyola. Borges da Fonseca era considerado, pelo redator d’*A Voz do Brasil*, o primeiro a defender a idéia do comércio a retalho ser privativo aos brasileiros.⁴⁶ Até a idéia de procurar os meios legais para expulsar os portugueses residentes em Pernambuco já havia sido defendida por algumas dessas folhas. A exemplo disso, *A Voz do Brasil* chega a formular um pedido a Assembléia Geral para que “ordenasse” ao governo central que fizesse embarcar os portugueses para a Ilha de Cabo Verde.⁴⁷ Esse mesmo jornal também chegou a publicar um modelo de petição que seria dirigido a Assembléia Geral, na qual havia sérias restrições a entrada de lusitanos no comércio do país.⁴⁸ Mas não ficou só por aí. Também chegou a formular um projeto de lei para a Assembléia Provincial, visando mudar algumas das posturas municipais com o claro intuito de dificultar tanto a moradia, como também a aquisição de casas de comércio para os portugueses.⁴⁹

De fato, a discussão do momento girava em torno da nacionalização do comércio a retalho. Por coincidência, alguns dias antes de estourar o mata-marinheiro do Colégio, precisamente no dia 03 de junho, a Câmara

dos Deputados na Corte aprovou e enviou a Assembléia Geral um projeto encabeçado pelo deputado praieiro Nunes Machado, que tinha como artigo único o seguinte: “É privativo do cidadão Brasileiro o comércio a retalhos. O Governo marcará um prazo razoável, depois do qual não poderão continuar as casas estrangeiras, que vendem a retalho, atualmente existentes”.⁵⁰

Barbosa Lima Sobrinho, relatando a atuação de Nunes Machado e demais deputados praieiros em torno dessa campanha, diz que o projeto aprovado no dia 03 de junho recebeu uma alteração no dia 10 de junho, passando a conter dois artigos: “Art. 1. As casas de negócio, de qualquer gênero que seja, nacionais ou estrangeiras, existentes e que se abrirem de novo só obterão licença tendo, pelo menos, um caixeiro brasileiro”. “Art. 2. Ficam isentos do serviço ativo da Guarda Nacional os caixeiros brasileiros”. Mas depois de sucessivos adiamentos, no dia 28 de junho, esse projeto volta a ter apenas um único artigo, exatamente igual ao proposto no dia 03 de junho (SOBRINHO, 1975, pp. 343-344). Depois do mata-marinheiro do Colégio, o projeto de Nunes Machado ganhou larga publicidade nos jornais.

Os eventos dos dias 26 e 27 de junho reacenderam a discussão na província. Podemos notar isso pela velocidade com que agiu a comissão de deputados encarregados do estudo da “petição do povo”. No dia 1º de julho, a comissão já tinha um parecer referente àquela representação. O teor do parecer dado pela comissão já era de certo modo esperado. Primeiramente, reafirma que não tinha poderes para legislar sobre aquelas exigências. Mas, mesmo assim, propunha-se a remeter o parecer para a Assembléia Legislativa Geral, no Rio de Janeiro, pois apenas àquela instância cabia a autoridade de legislar sobre o assunto. Foram propostos nove itens a serem remetidos a capital do Império. Podemos observar que a seleção dos pontos foi de certa forma uma tanto elitista, em razão de encontrarmos exigências dissonantes do conteúdo da petição, como por exemplo: a ampliação de atribuições da Assembléia Legislativa Provincial (cerceada pela lei de interpretação do Ato Adicional), a proteção à agricultura (com isenção de tributos), o melhoramento do porto do Recife, a ampliação das rendas provinciais e a definição do que seriam os bens gerais e os bens da província. Referente às queixas da petição, o parecer da comissão era bem categórico: pedia a proteção ao comércio interno, assegurando apenas aos nacionais o comércio a retalho e proibindo que nessas casas se admitissem caixeiros

estrangeiros. Mas não só ao comércio era exigida alguma proteção. Em nome da “indústria nacional” eram pedidas algumas vantagens para reanimar os artistas e os demais empreendedores desse setor. Pedia também uma série de medidas para habilitar no exercício de ofícios as “diversas classes menos abastadas”. Por fim, pedia que o recrutamento militar fosse regulado de forma proporcional entre as províncias.⁵¹

As notícias sobre o tumulto dos dias 26 e 27 de junho ganharam grande publicidade tanto na Corte como em algumas províncias do Império.⁵² Junto com essas notícias também ecoaram os discursos dos deputados praiheiros. Barbosa Lima Sobrinho lembra que a discussão desse projeto proposto pelos praiheiros foi por várias vezes adiada, chegando a ser encaminhada para receber um parecer da Comissão do Comércio. No dia 22 de agosto, esse projeto volta sob a forma de um substitutivo dessa Comissão. “Art. 1. Ninguém poderá obter licença para ter casa aberta, onde se negocie em fazendas secas ou molhadas, na Corte, capitais de províncias e cidades do litoral do Império, sem que mostre ter ao menos um caixeiro brasileiro, no caso de empregar-se nessa casa mais de um caixeiro”. “Art. 2. § 1. Serão dispensados do serviço da Guarda Nacional, Exército e Armada os caixeiros das casas de negócio, qualquer que seja, em toda a extensão do Império, que tiverem somente um caixeiro nacional. Será igualmente dispensado nas que tiver dois ou três. § 2. Serão isentos dois, três e quatro naqueles em que houver seis, nove ou doze, isentando-se nesta proporção maior número naquelas que o tiverem. Os isentados serão designados por seus patrões. § 3. A doutrina do § 1 somente é aplicável aquelas casas que tiverem o duplo, o triplo, o quádruplo ou mais, na proporção dos caixeiros que devem ser isentados” (SOBRINHO, 1975, pp. 344-345).

Pelo andamento que teve o projeto dos praiheiros na Corte, podemos perceber a moderação com que o tema foi tratado. Primeiramente, foi eliminada a proposta do projeto original de privar o funcionamento das casas de comércio a retalho de propriedade dos estrangeiros. Essas casas poderiam obter licença de funcionamento desde que tivessem, pelo menos, um caixeiro nacional entre seus empregados. A vantagem seria a isenção dos caixeiros brasileiros do recrutamento para a Guarda Nacional. Essa isenção foi ampliada também para os serviços do Exército e da Armada. Mas, mesmo assim, o projeto de Nunes Machado e suas variantes mais moderadas não foram adiante. Como acrescenta Barbosa Lima Sobrinho, nenhuma dessas propostas teve vida

longa. Nem ao menos foram incorporadas na legislação de 1848. Como supõe esse autor, provavelmente essas propostas vieram a morrer no Senado (SOBRINHO, 1975, p. 347).

Se entre os deputados praieiros na Corte as coisas não caminhavam bem, nas ruas do Recife, o clima de insegurança permanecia. Depois daquele incidente de fins de junho, as autoridades portuguesas, temendo novos mata-marinheiros, fizeram com que fossem enviados três navios de guerra ao porto do Recife – a corveta *Íris* e os brigues *Vila Flor* e *Douro*. Segundo uma autoridade responsável pelos tramites legais da ação, o uso dessas embarcações seria apenas para “receber a seu bordo os portugueses perseguidos”, se novamente ocorressem novos distúrbios. Acrescentava, ainda, que, caso fosse necessário, essas embarcações estariam à disposição das autoridades provinciais para a manutenção da ordem. Não era a primeira vez que navios de guerra estrangeiros aportavam na cidade com a missão de proteger e abrigar seus cidadãos ameaçados pelos excessos nativistas. Mas as preocupações não acabavam por aí. O medo de novos distúrbios ainda persistia, pois, segundo a mesma autoridade, a presença de oficiais da Marinha Portuguesa e os dos portugueses residentes na cidade, “animados pela presença da Bandeira da sua Nação” poderia provocar excessos por parte desses.⁵³

A documentação consultada não revela a ocorrência posterior de distúrbios semelhantes aos ocorridos naquele mês de junho. Podemos dizer que a inexistência de tumultos maiores, até a deflagração da Insurreição Praieira, deve-se a forte ação repressiva que recaiu sobre aquelas pessoas identificadas como os principais agitadores. Até o redator d’*A Voz do Brasil* e funcionário da secretaria da Assembléia Provincial Inácio Bento de Loyola foi preso e processado. Outros também tiveram a mesma sorte.⁵⁴ Alguns outros implicados, principalmente aqueles que não tinham protetores influentes, penaram para se livrar das perseguições. A exemplo disso, temos o caso de Marcolino Ferreira da Costa. Quase nada sabemos sobre esse participante do tumulto dos dias 26 e 27 de junho, mas os poucos indícios que colhemos na documentação consultada são suficientes para esclarecer alguns pontos de sua trajetória. Encontramos Marcolino sendo uma das primeiras pessoas a assinar a segunda petição. Ele foi preso por uma autoridade do Poço da Panela. Tudo leva a crer que ele tenha participado da confusão que se principiou nesse lugar. Era considerado um dos “influentes” naquele tumulto.

Marcolino chegou a ser denunciado pelo Promotor Público, mas não chegou a ser processado. No seu interrogatório, havia dito ser homem solteiro. Aproveitando-se desse fato, a autoridade responsável pelo seu encarceramento resolveu recrutá-lo para o serviço da Armada. A razão encontrada era simples: por não ter sido punido, poderia voltar a “ser instrumento de iguais desordens”. A final, segundo a autoridade que lhe havia imputado a pena do recrutamento, Marcolino era “muito insolente”.⁵⁵

Podemos concluir esse artigo afirmando que o mata-marinheiro dos dias 26 e 27 e as outras ações decorrentes desse motim expressaram uma luta por direitos e demandas que não podiam ser garantidos ou mesmo obtidos sem uma grande pressão. A questão da nacionalização do comércio a retalho, proposta pelo Partido Praieiro e fomentada pela imprensa panfletária, alimentou as esperanças de boa parte daquelas pessoas que foram as ruas dispostas a provocar todo tipo de “desordem”. É esse sentimento, capaz de mobilizar indivíduos livres pobres às voltas com as desventuras de um mundo escravista e senhorial, que Borges da Fonseca e demais chefes praieiros vão tentar reacender no chamado *Manifesto ao Mundo*. Depois da fracassada tentativa de tomar a capital do Recife, essa foi a última cartada dos rebeldes para mudar o destino daquela mal-sucedida empreitada política. Entre as propostas desse documento estão: “o trabalho como garantia de vida para o cidadão brasileiro”, “o comércio a retalho só para os cidadãos brasileiros” e a “extinção do atual sistema de recrutamento”. Esses pontos já faziam parte do cotidiano das reivindicações da “população” do Recife naqueles conturbados anos quarenta.

Notas

² IAHGP, *Diário Novo*, 01.07.1848, n. 140.

³ APEJE, *O Lidador*, 28.06.1848, n. 292.

⁴ APEJE, *O Lidador*, 04.07.1848, n. 294.

⁵ IAHGP, *Diário Novo*, 01.07.1848, n. 140.

⁶ APEJE, *O Lidador*, 28.06.1848, n. 292.

⁷ IAHGP, *Diário Novo*, 01.07.1848, n. 140.

⁸ IAHGP, *Diário Novo*, 08.07.1848, n. 146.

⁹ APEJE, *O Lídador*, 04.07.1848, n. 294.

¹⁰ IAHGP, *Diário Novo*, 01.07.1848, n. 140.

¹¹ APEJE, *O Lídador*, 28.06.1848, n. 292. O Lídador continua a fazer crítica dessa autoridade na edição de 04.07.1848, n. 294. Segundo o jornal, essa autoridade por não achar o caixeiro na loja, teria sido acusada pela “plebe” de ter recebido dinheiro do agressor. Em carta ao *Diário Novo*, de 10.07.1848, n. 147, subdelegado Feliciano Joaquim dos Santos se defende das acusações.

¹² APEJE, *O Lídador*, 04.07.1848, n. 294.

¹³ IAHGP, *Diário Novo*, 01.07.1848, n. 140.

¹⁴ LPEH-UFPE, *Diário de Pernambuco*, 01.07.1848, n. 143. Esse jornal faz referência também a um inspetor de quarteirão, que foi demitido pelo Subdelegado da Freguesia da Boa Vista, por promover distúrbios na Passagem da Madalena.

¹⁵ APEJE, Ofício de Francisco Xavier e Silva, oficial Militar interino, para o Comandante Superior da Guarda Nacional Jacinto Pereira e para o Chefe da 2ª Legião Francisco Joaquim Pereira Lobo. Datado de 06 de julho de 1848. Fls.380-380v. Polícia Civil (1848). PC-329. Ver também: Registro de Ofício (1848). RO-11/10, fl. 75v.

¹⁶ APEJE, *O Lídador*, 04.07.1848, n. 294.

¹⁷ IAHGP, *Diário Novo*, 01.07.1848, n. 140.

¹⁸ APEJE, *O Lídador*, 04.07.1848, n. 294.

¹⁹ APEJE, *Diário Novo*, 10.07.1848, n. 147. Segundo a folha nativista A Mentira, “o povo em massa (...) matou somente a dois e feriu somente a quatro”. APEJE, A Mentira, 17.07.1848, n. 01.

²⁰ LPEH-UFPE, *Diário de Pernambuco*, 03.07.1848, n. 144.

²¹ LPEH-UFPE, *Diário de Pernambuco*, 03.07.1848, n. 144.

²² APEJE, Ofício do Vice-Presidente da Província Domingos Malaquias de Aguiar Pires Ferreira para o subdelegado da Freguesia de São Pedro. Datado de 26 de junho de 1848. Fls. 54v, 55. R.O. 11/10 (1848).

²³ IAHGP, *Diário Novo*, 01.07.1848, n. 140.

²⁴ IAHGP, *Diário Novo*, 05.07.1848, n. 143.

²⁵ APEJE, *O Lídador*, 04.07.1848, n. 294.

²⁶ APEJE, *O Lídador*, 28.06.1848, n. 292.

²⁷ LPEH-UFPE, *Diário de Pernambuco*, 03.07.1848, n. 144.

- ²⁸ IAHGP, Diário Novo, 08.07.1848, n. 146. Borges da Fonseca estava preso desde agosto de 1847, por delito de imprensa ainda na administração praieira, sob a alegação de “injúria ao imperador e incitamento à separação entre o norte e o sul” (MARSON, 1980, p. 49). Ele tinha como companheiro de cela o revolucionário paraense Francisco Pedro Vinagre (SANTOS, 1994, p. 145).
- ²⁹ APEJE, A Mentira, 04.08.1848, n. 04.
- ³⁰ APEJE, Advogado do Povo, 05.08.1848, n. 02.
- ³¹ APEJE, O Lidador, 04.07.1848, n. 294. É interessante perceber que os praieiros acusaram também Borges da Fonseca de ser o responsável pelo tumulto. Segundo discurso proferido na Câmara dos Deputados por Urbano Sabino Pessoa de Mello, o manifesto entregue a Assembléia Provincial era “uma cópia quase fiel” de um dos números do Nazareno. IAHGP, Diário Novo, 11.08.1848, n. 173.
- ³² APEJE, O Lidador, 04.07.1848, n. 294.
- ³³ IAHGP, Diário Novo, 04.07.1848, n. 142. Parte oficial. Nota do Comando das Armas, datada de 02.07.1848.
- ³⁴ IAHGP, Diário Novo, 04.07.1848, n. 142. Parte oficial. Nota do Comando das Armas, datada de 02.07.1848.
- ³⁵ APEJE, O Lidador, 04.07.1848, n. 294. No século XIX, o privilegio de usar sapatos era dado às pessoas juridicamente livres. Portanto, estar com os pés descalços definia o estatuto da escravidão. No entanto, pelos relatos e documentos sobre esse mata-marinheiro não vislumbramos a grande participação de escravos nesse motim. Sabemos que, por exemplo, no dia 26 de junho, por volta das 3 horas da tarde, notava-se “nos pequenos grupos”, que se formaram na rua da Praia, a presença de “alguns pretos escravos, rapazes e curiosos” (IAHGP, Diário Novo, 01.07.1848, n. 140). Provavelmente, a intenção do jornal O Lidador, quando faz referência a uma “multidão de gente descalça”, era usar esse símbolo de distinção social para desqualificar os participantes daquela manifestação, provavelmente formada de muita gente de cor, pardos e pretos, que não seriam necessariamente escravos.
- ³⁶ IAHGP, Diário Novo, 05.07.1848, n. 143.
- ³⁷ IAHGP, Diário Novo, 01.07.1848, n. 140.
- ³⁸ IAHGP, O Lidador, 15.07.1848, n. 299.
- ³⁹ A historiografia tem mostrado que as desavenças entre portugueses e brasileiros extrapolavam o campo da política formal, chegando até a disputas particulares, muitas vezes por mulheres. Assim percebeu com muita propriedade Gladys Sabina Ribeiro em algumas freguesias do Rio de Janeiro. Não deve ter sido muito diferente no Recife. Pereira da Costa lembra que na época da Independência surgiram versos que demonstram bem o teor desse conflito: “Marinheiro pé de chumbo/ Calcanhar de frieira/ Quem te deu a confiança/ De casar com brasileira (sic)” (PEREIRADA COSTA, 1976, p. 489). Porém, essa

disputa deve ser vista com certa cautela; afinal, não podemos colocar a reivindicação de “expulsar os portugueses solteiros” de Pernambuco, encontrada na petição de junho de 1848, como sendo referente apenas a uma possível disputa por mulheres, de forma a livrar os nacionais da concorrência estrangeira. Devemos pensar um pouco diferente em se tratando do Recife, porque, diferente do Rio de Janeiro, onde era menor a quantidade de mulheres em relação ao número de homens, no Recife havia até um número bem maior de mulheres em proporção ao de homens em muitas de suas freguesias. De acordo com uma contagem feita em 1855, nas quatro freguesias centrais da cidade (Boa Vista, Santo Antônio, São José e Recife), são revelados os seguintes dados: na freguesia da Boa vista havia 5.022 homens para 5.629 mulheres, uma diferença, portanto, de 607 mulheres em relação ao contingente de homens. Em Santo Antônio, contava-se 5.100 homens para 5.804 mulheres, havendo uma diferença de 704 mulheres a mais do que homens. Na freguesia de São José, foco principal dos motins antilusitanos, a população masculina é de 4.826; em compensação, a feminina é de 6.620. Nesse caso, o número chega a 1.794 mulheres a mais que o de homens. Apenas na freguesia do Recife esse número era invertido, tendo 4.106 homens para 3.870 mulheres; um contingente, portanto, de 236 homens a mais do que o número de mulheres. Cremos que a expressão “portugueses solteiros”, encontrada naquele documento, refere-se precisamente aos caixeiros de comércio que, vinham de Portugal ainda em idade infantil ou adolescente, não estando aptos em tese para o casamento. Agradeço a sugestão dada pelo professor Peter M. Beattie. APEJE, *Relação Numérica da População Livre e Escrava do 1º Distrito do Termo do Recife*, datada de 10 de janeiro de 1856.

⁴⁰ Os praieiros fracassaram na tentativa de cooptar o liberal radical Borges da Fonseca, mas dividiram a sociedade secreta da qual o redator do Nazareno fazia parte, convencendo alguns membros a apoiarem o partido. Foram bem sucedidos quando conseguiram arregimentar para o seu lado nomes como o dos irmãos Antônio e Francisco Carneiro Machado Rios. Eram nomes de grande popularidade e prestígio entre o povo e que tinham tradição na luta contra os portugueses. A entrada deles para o lado dos praieiros contribuiu assim para dar uma conotação popular ao recente partido. Também tinham influência entre os soldados (CAVALCANTI JUNIOR, 2001, pp. 42-57).

⁴¹ Conforme descrevia O Progresso de Antônio Pedro de Figueiredo, naquele momento surgiu uma “multidão de papeluxos (sic) redigidos em estylo (sic) de taberna”. O Progresso, 07.10.1847. Vale destacar que eram justamente esses jornais que a população mais humilde da cidade tinha acesso.

⁴² APEJE, *A Voz do Brasil*, 29.01.1848, n. 13 e 17.03.1848, n. 20.

⁴³ E. P. Thompson lembra que, por trás de toda forma de ação direta popular, existe sempre alguma noção legitimadora do direito. Jerônimo Martiniano diz que os praieiros começaram “a inocular nas classes baixas da sociedade, não o nobre sentimento de igualdade perante a lei, mas o sentimento do orgulho, pelo qual se julgavam ter os direitos, que somente dão a ilustração, os serviços e as virtudes (...)”. Adiante, o

mesmo autor comenta que a província se dividiu em dois campos opostos: de um lado estava “todos os proprietários, negociantes e capitalistas; toda a classe ilustrada; todos os primeiros empregados”. Do outro, salvo algumas exceções (proprietários motivados por ambição interesse, ou pela ilusão), aderiram “as classes inferiores e ignorantes da população, que se julgando deserdadas dos bens sociais, ou oprimidas por leis tirânicas e ofensivas dos seus supostos direitos nutriam no coração os sentimentos de ódio, de inveja e de vingança contra as classes superiores no mais elevado ponto de exaltação (...)”. (FIGUEIRA DE MELLO, 1978, pp. 02-03).

⁴⁴ IAHGP, A União, 04.11.1848, n. 36.

⁴⁵ IAHGP, O Lيدador, 11.12.1847, n. 235.

⁴⁶ APEJE, A Voz do Brasil, 27.06.1848, n. 37. Mário Márcio de Almeida Santos diz que Borges da Fonseca, de dentro da prisão, conseguiu burlar a vigilância dos carcereiros e redigir um documento a favor da nacionalização do comércio. Esse documento teria tido ampla repercussão na cidade e logo conseguiu a adesão de 5.000 assinaturas (SANTOS, 1994, p. 132).

⁴⁷ APEJE, A Voz do Brasil, 19.02.1848, n. 16.

⁴⁸ APEJE, A Voz do Brasil, 09.06.1848, n. 33.

⁴⁹ APEJE, A Voz do Brasil, 15.06.1848, n. 35.

⁵⁰ Esse projeto foi divulgado pela A Voz do Brasil em data anterior ao mata-marinheiro do Colégio (APEJE, A Voz do Brasil, 21.06.1848, n. 36). Depois foi largamente divulgado pelo jornal Diário Novo.

⁵¹ LPEH-UFPE, Diário de Pernambuco, 04.07.1848, n. 145; IAHGP, Diário Novo, 12.07.1848, n. 149. Nessa edição do Diário Novo encontramos a representação que os deputados provinciais dirigiram a Assembléia Legislativa Geral, onde os nove pontos do parecer da comissão foram explicados mais detalhadamente.

⁵² APEJE, A Mentira, 01.09.1848, n. 08.

⁵³ APEJE, Ofícios da Legação Imperial do Brasil, assinados por Antonio de Mendes Vasconcelos de Drummond para o Presidente da Província Antonio da Costa Pinto. Datados de Lisboa, 19 de setembro e 28 de outubro de 1848. Fls 223, 223v, 224 e 228. Agentes Consulares em Pernambuco. DC-05.

⁵⁴ APEJE, A Voz do Brasil, 04.07.1848, n. 39; 08.07.1848, n. 40; 19.07.1848, n. 43. Ver também: APEJE, Ofício do Presidente da Província Antonio da Costa Pinto ao Chefe de Polícia. Datado de 21 de agosto de 1848. Fl. 134. Registro de Ofícios (1848). RO-11/10.

⁵⁵ APEJE, Ofício do Chefe de Polícia, Firmino Antonio de Souza para o Presidente da Província Herculano Ferreira Penna. Datado de 11 de novembro de 1848. Fl. 268. Ofício do Subdelegado Suplente Sebastião Antônio do Rego Barros para o Chefe de Polícia, Desembargador Firmino Antônio de Souza. Datado de 18 de novembro de 1848. Fl. 269. Polícia Civil (1848) PC-21.

Bibliografia

CARNEIRO, Edson. *A Insurreição Praieira*. Rio de Janeiro: Editora Conquista, 1960.

CAVALCANTI JUNIOR, Manuel Nunes. “Praieiros”, “Guabirus” e “População”: As eleições gerais de 1844 no Recife. Dissertação de mestrado, CFCH, UFPE, 2001.

CARVALHO, Marcus J. M. de. *Os nomes da revolução: lideranças populares na Insurreição Praieira, Recife, 1848-1849*. *Revista Brasileira de Historia*, jul. 2003, vol. 23, nº 45, pp. 209-238.

FIGUEIRA DE MELO, Jeronymo Martiniano. *Crônica da Rebelião Praieira, 1848 e 1849*. Introdução Vamireh Chacon. Brasília: Senado Federal, 1978 (Coleção Bernardo Pereira de Vasconcellos).

_____. *Ensaio sobre a Estatística Civil e Política de Pernambuco*. Recife, 1852; Reedição: Recife Conselho Estadual de Cultura, 1979.

FREYRE, Gilberto. *O Velho Félix e suas “memórias de um Cavalcanti”*. Recife: FUNDAJ, Editora Massangana, 1989 (Série República, vol. 7).

MARSON, Izabel Andrade. *O Império do Progresso: A Revolução Praieira em Pernambuco (1842-1855)*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

_____. *Movimento Praieiro: imprensa, ideologia e poder político*. São Paulo: Editora Moderna, 1980 (Coleção Contemporânea).

MOSHER, Jeffrey Carl. *Pernambuco and the Construction of the Brazilian Nation-State, 1831-1850*. Gainesville, Tese de Ph.D., University of Florida at Gainesville, 1996.

PEREIRA DA COSTA, Francisco Augusto. *Vocabulário Pernambucano*. Recife: 2ª ed. Prefácio de Mário Souto Maior. Governo do Estado de Pernambuco, Secretaria de Educação e Cultura, 1976 (Coleção Pernambucana, v. II).

QUINTAS, Amaro. *O sentido social da Revolução Praieira*. Pernambuco: Editora Massangana, 1982.

SANTOS, Mário Márcio de Almeida. *Um homem contra o Império: Antônio Borges da Fonseca*. Paraíba: Editora A União, Conselho Estadual de Cultura – SEC, 1994 (Coleção Biblioteca Paraibana).

SOBRINHO, Barbosa Lima. *Urbano Sabino Pessoa de Melo*. In *Revista do IAHGP*, Recife, 1975, Vol. XLVII, pp. 329-369.